



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2026

VALIDADE: 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

Aos 12 (doze) dias do mês de maio de 2026, na sede da Prefeitura Municipal de Córrego Novo/MG, situada na Avenida Prefeito Carlito Caetano Campos, nº 235, Bairro Sagrada Família, nesta cidade, compareceu o Sr. Ronilson Douglas Pereira, Secretário Municipal de Obras, inscrito no CPF sob o nº 112.810.396-67, que, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 007/2026, por deliberação do Pregoeiro Oficial e da Equipe de Apoio, e por ela homologado conforme Processo Licitatório nº 016/2026, resolve registrar os preços para o fornecimento dos itens constantes nesta Ata, tendo como beneficiária a empresa L & V VAREJO ATACADO E SERVIÇO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.941.470/0001-43, com sede na Avenida Presidente Tancredo Neves, nº 1062, Bairro Salatiel, Município de Caratinga/MG, CEP 35.300-541, neste ato representada pelo Sr. Vitor Ferreira Lopes, inscrito no CPF sob o nº 072.515.466-71 e portador da Carteira de Identidade nº MG-12.711.652 SSP/MG, conforme condições a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO FORNECIMENTO	UND	QTD	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	EMULSÃO ASFÁLTICA RR-1C Emulsão asfáltica catiônica de ruptura rápida tipo RR-1C, utilizada para pintura de ligação entre camadas de pavimentação asfáltica, composta por cimento asfáltico de petróleo emulsificado em água com agente emulsificante, devendo atender às especificações técnicas do DNIT.	l	3000 0	R\$ 18,04	R\$ 541.200,00
2	EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C Emulsão asfáltica catiônica de ruptura rápida tipo RR-2C, utilizada em tratamentos superficiais e imprimação de base granular, composta por cimento asfáltico de petróleo emulsificado em água com aditivos emulsificantes, conforme especificações do DNIT.	l	3000 0	R\$ 19,15	R\$ 574.500,00
3	BICA CORRIDA Agregado britado proveniente da britagem de rocha sã, com granulometria contínua entre 0 mm e 38 mm, isento de materiais orgânicos ou argilosos, indicado para execução de base ou sub-base de pavimentação.	m³	1200	R\$ 219,80	R\$ 263.760,00
4	BRITA 1Agregado britado proveniente da britagem de rocha sã, limpa e resistente, com granulometria compreendida entre 9,5 mm e 19 mm, destinado à utilização em serviços de pavimentação e manutenção viária.	m³	1200	R\$ 239,81	R\$ 287.772,00



5	PEDRISCO Agregado britado proveniente da britagem de rocha sã, limpa e resistente, com granulometria compreendida entre 4,8 mm e 9,5 mm, utilizado em tratamentos superficiais e misturas asfálticas.	m³	600	R\$ 239,81	R\$ 143.886,00
6	PÓ DE PEDRA Material granular fino proveniente da britagem de rochas, com granulometria compreendida entre 0 mm e 4,8 mm, utilizado na regularização de superfícies e composição de misturas asfálticas.	m³	600	R\$ 236,71	R\$ 142.026,00
7	MASSA ASFÁLTICA CBUQ Mistura asfáltica do tipo Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ, composta por agregados minerais graduados, cimento asfáltico de petróleo e material de enchimento (filler), produzida em usina apropriada e aplicada a quente, destinada à execução de revestimento asfáltico em pavimentação urbana, com granulometria máxima aproximada de até 19 mm, conforme especificações técnicas do DNIT.	t	2400	R\$ 852,74	R\$ 2.046.576,00
TOTAIS					R\$ 3.999.720,00

Quadro de Lote/Itens conforme ANEXO I do Termo de Referência.

VALOR TOTAL: R\$ 3.999.720,00 (três milhões, novecentos e noventa e nove mil, setecentos e vinte reais).

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais asfálticos e agregados, destinados à execução de serviços de pavimentação, manutenção e recuperação da malha viária urbana do Município de Córrego Novo/MG, conforme especificações, condições e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

1.2. O registro de preços não obriga a Administração à contratação, podendo as aquisições ocorrer conforme a necessidade, durante a vigência da Ata, respeitados os limites registrados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta do Município de Córrego Novo/MG.

2.2. É permitida a adesão por órgãos ou entidades não participantes, observadas as condições, limites e formalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital do pregão eletrônico e mediante prévia anuência do órgão gerenciador.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS REGISTRADOS



3.1. Os preços registrados são aqueles constantes da proposta final apresentada pela empresa beneficiária, após a fase de lances e negociação, conforme classificação no Pregão Eletrônico Nº 007/2026.

3.2. Os preços registrados incluem todos os custos diretos e indiretos, tais como tributos, encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários, frete, transporte, seguros e quaisquer outras despesas necessárias ao fornecimento dos materiais.

3.3. Embora o julgamento do certame tenha ocorrido por lote, as contratações decorrentes desta Ata poderão ser realizadas por item, conforme a necessidade da Administração, respeitados os preços unitários registrados.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1. Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados pela Administração Municipal, conforme requisição ou Ordem de Fornecimento emitida pelo órgão demandante.

4.2. O prazo de entrega dos materiais será de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento formal da Ordem de Fornecimento pela contratada, podendo a Administração estabelecer prazo inferior em situações devidamente justificadas.

4.3. As despesas com transporte, carga, descarga e demais custos logísticos necessários à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da detentora da Ata de Registro de Preços.

05 – DO PAGAMENTO

I – Em todos os fornecimentos decorrentes desta Ata de Registro de Preços, o pagamento será efetuado por crédito em conta corrente indicada pela detentora da Ata, ou, excepcionalmente, conforme definido pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais pela unidade requisitante, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal.

II – A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de forma discriminada, contendo a identificação dos itens fornecidos, quantidades, valores unitários e totais, conforme previsto no Termo de Referência – Anexo I.

III – O pagamento observará as condições, prazos e procedimentos estabelecidos no Termo de Referência e na legislação vigente.

IV – A liquidação da despesa deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, devidamente atestado pelo setor competente, podendo ser excepcionalmente prorrogada, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

IV.1 – O prazo para saneamento, pela contratada, de inconsistências no fornecimento ou de irregularidades na Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas durante a análise prévia, suspenderá o prazo de liquidação, reiniciando-se após a regularização.

V – O pagamento seguirá a estrita ordem cronológica de exigibilidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021, cabendo à detentora da Ata manter, durante toda a vigência, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

VI – Não será efetuado qualquer pagamento à detentora da Ata enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade administrativa regularmente aplicada.



VII – O preço registrado contempla todos os custos, tributos, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, fretes, seguros, embalagens e demais despesas necessárias ao fornecimento dos materiais, constituindo a única e integral contraprestação devida pela Administração.

VIII – O Município poderá sustar o pagamento enquanto não sanados eventuais defeitos, vícios ou desconformidades constatados nos materiais fornecidos.

IX – Nos casos de atraso de pagamento não justificado e provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira, apurada desde o vencimento até o efetivo pagamento, com juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, conforme a fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

onde:

EM = Encargos moratórios

VP = Valor da parcela em atraso

N = Número de dias em atraso

I = Índice de compensação financeira

$$I = (TX / 100) / 30$$

TX = Taxa de juros de mora mensal definida nesta Ata.

06 – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO

I – As detentoras da presente Ata de Registro de Preços ficam obrigadas a atender todos os pedidos de fornecimento realizados durante a sua vigência, desde que formalizados por Ordem de Fornecimento emitida dentro do prazo de validade da Ata, ainda que a entrega ocorra posteriormente.

II – Caso os materiais fornecidos não atendam às especificações técnicas, padrões de qualidade ou quantidades estabelecidas no Edital e no Termo de Referência, o fornecimento será rejeitado, total ou parcialmente, devendo a contratada proceder à substituição dos itens em desacordo, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sem ônus adicional para a Administração, sem prejuízo das sanções cabíveis.

III – Cada fornecimento será formalizado mediante Ordem de Fornecimento, emitida pela unidade requisitante, da qual constarão, no mínimo: identificação do órgão demandante, descrição dos itens, quantidades, local de entrega, prazos e assinatura da autoridade competente.

IV – No ato da entrega dos materiais, a contratada deverá apresentar a respectiva Nota Fiscal, compatível com a Ordem de Fornecimento emitida.

V – A contratada deverá registrar, na via da Ordem de Fornecimento ou documento equivalente, a data e o horário do recebimento, bem como a identificação do responsável pelo recebimento.

VI – A via da Ordem de Fornecimento devidamente protocolada deverá ser devolvida à unidade requisitante para fins de instrução do processo administrativo de execução da Ata.

VII – As contratações decorrentes desta Ata observarão os limites quantitativos registrados no certame, não sendo aplicáveis diretamente à Ata de Registro de Preços os acréscimos ou supressões previstos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021, os quais poderão ocorrer apenas nos contratos dela decorrentes.



VIII – A contratada deverá manter, durante toda a vigência da Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

IX – Sempre que solicitado pela Administração, deverá ser apresentada a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos da Lei nº 12.440/2011.

07 - DAS PENALIDADES

7.1. Incorre em infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

XIII - tumultuar a sessão pública da licitação;

XIV - propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;

XV - deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

XVI - deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;

XVII - permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;

XVIII - deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;

XIX - deixar de devolver eventuais valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;

XX – manter empregado, responsável técnico ou qualquer pessoa sob sua responsabilidade com



qualificação em desacordo com as exigências do edital ou do contrato, durante a execução do objeto.

XXI - utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;

XXII - tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

XXIII - deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

XXIV - deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;

XXV - deixar de repor funcionários faltosos;

XXVI - deixar de apresentar, quando solicitado pela administração, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

a) registro de ponto;

b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

c) comprovante de depósito do FGTS;

d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

XXVII - deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

XXVIII - entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidades contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

XXIX - ofender agentes públicos no exercício de suas funções;

XXX - induzir a administração em erro;

XXXI – deixar de manter empregados, que fiquem nas dependências e à disposição da administração nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXII – compartilhar recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos por parte do contratado, nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXIII – impossibilitar a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos, em relação aos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXIV – apresentar proposta inexecutável com finalidade de tumultuar o procedimento;

XXXV – deixar de demonstrar exequibilidade da proposta quando exigida pela administração;



XXXVI – subcontratar serviço em contrato em que não há essa possibilidade;

XXXVII – deixar de apresentar no prazo do art. 96, §3º da Lei 14133/21, garantia pelo contratado quando optar pela modalidade seguro garantia;

XXXVIII – deixar de comprovar, quando solicitado, na execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;

XXXIX – deixar de manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representar o contratado na execução do contrato;

XL – deixar de aceitar as supressões e acréscimos de até EPP (vinte e cinco por cento) em relação aos contratos.

7.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) de advertência que consiste em comunicação formal ao infrator do descumprimento de uma obrigação do edital, da Ata de Registros de Preços ou da inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) de multa, o infrator que, injustificadamente, descumprir a legislação, cláusulas do edital ou cláusulas contratuais, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor de referência do certame ou do contrato nos termos estabelecidos nos respectivos instrumentos, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

I - multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 10% (dez por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

II - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação do certame ou do valor da contratação direta em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

III - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 8.1, subitens I, IV, V, XIII, XIV e XV, deste edital;

IV - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 7.1, subitens XVI, XVII, XVIII, XX, XXI, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXXI, XXXIII, XXXVIII e XXXIX deste edital;

VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 8.1, subitens II, III, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XXIX, XXX, XXXIV e XXXV deste Edital;

VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 7.1, subitens XIX, XXII, XVIII, XXXII, XXXVI, XXXVII e XL, deste edital;

VII - multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à administração, superiores aos contratados.

c) de impedimento de licitar e contratar que impedirá o infrator de participar de licitação e contratar com a administração:

I - por até 01 (um) ano, caso o infrator:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do certame sem motivo justificado;

II - por até 02 (dois) anos, caso o infrator:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o mesmo ou durante a execução do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - por até 03 (três) anos, caso o infrator:

a) não celebrar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

b) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) der causa à inexecução total do contrato.

d) de Declaração de Inidoneidade de contratar com a Administração Pública, será aplicada por prazo não superior a 6 (seis) anos, nas seguintes hipóteses:

I - por período de 3 (três) a 4 (quatro) anos, no caso de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

II - por período de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, nos casos de:

a) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

b) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

III - por período de 5 (cinco) a 6 (seis) anos, nos casos de:

a) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/13;

b) dar causa à inexecução total do contrato, por ato doloso que cause lesão ao erário.

08 – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Por força das Leis Federais nº 9.069/1995 e nº 10.192/2001, os preços registrados poderão ser reajustados mediante iniciativa da detentora da Ata, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data limite para apresentação da proposta ou da data do último reajuste, conforme o caso, com base em índice oficial.

8.2. Decorrido o prazo acima estipulado, os preços unitários poderão ser corrigidos monetariamente pelo INPC/IBGE, ou por outro índice que venha a substituí-lo por determinação governamental.

8.3. A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação acumulada do INPC/IBGE nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao pedido formal de reajuste.

09 – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO



9.1. O objeto desta Ata — que compreende o fornecimento de materiais asfálticos e insumos destinados à manutenção e execução de serviços de pavimentação e tapa-buracos nas vias públicas do Município de Córrego Novo/MG — será recebido pela unidade requisitante, na forma do art. 140, inciso II, alíneas “a” e “b”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. O recebimento dos materiais dar-se-á, inicialmente, de forma provisória, para verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e do Termo de Referência, e, posteriormente, de forma definitiva, após conferência da quantidade, qualidade e adequação do objeto fornecido.

10 – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

Pela Administração, quando:

A – a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

B – a detentora não retirar qualquer Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido, e a Administração não aceitar sua justificativa;

C – a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente da Ata de Registro de Preços;

D – ocorrer inexecução total ou parcial do fornecimento dos materiais asfálticos e insumos para pavimentação;

E – os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

F – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos.

No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será realizada por publicação no órgão oficial do Município, considerando-se cancelado o registro a partir da data da publicação.

Pelas detentoras, quando:

Mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata, ou quando comprovada a ocorrência de fato superveniente que comprometa a execução do objeto, devidamente demonstrado e aceito pela Administração.

A solicitação deverá ser apresentada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas nesta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

II – Ocorrendo o cancelamento da Ata pelos motivos constantes nas alíneas “A” a “D” do item I, fica facultada à Administração Municipal a convocação do segundo colocado para assinatura de nova Ata de Registro de Preços, por preço a ser ajustado, considerando-se:

- o valor originalmente registrado;
- o preço ofertado pelo licitante remanescente;
- a vantajosidade para o Município.



Caso o segundo colocado não aceite as condições, a Administração poderá convocar os demais licitantes classificados, na ordem de classificação, para apresentar novas propostas ou readequar suas ofertas.

Não havendo proposta viável, a Administração poderá realizar nova licitação ou adotar outra forma legal de contratação, visando garantir a continuidade do fornecimento de materiais indispensáveis às atividades administrativas.

11 – DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO

I – As aquisições dos materiais asfálticos e insumos para pavimentação serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria requisitante responsável pela demanda, mediante emissão de Ordem de Fornecimento.

12 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico Nº 007/2026, seus anexos e as propostas das empresas classificadas no certame.

12.2. Fica eleito o foro da Comarca de Caratinga/MG para dirimir quaisquer questões decorrentes da aplicação ou execução desta Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, aplicando-se subsidiariamente os princípios gerais de direito.

Córrego Novo, 12 de maio de 2026.

Ronilson Douglas Pereira
Secretário Municipal de Obras
CONTRATANTE

L & V VAREJO ATACADO E SERVIÇO LTDA
Vitor Ferreira Lopes
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF Nº _____

Nome: _____

CPF Nº _____



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2026**

O Município de Córrego Novo/MG torna público o resumo da Ata de Registro de Preços nº 008/2026, firmada em decorrência do Processo Licitatório nº 016/2026 – Pregão Eletrônico nº 007/2026, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção, ferramentas e correlatos destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Obras do Município de Córrego Novo/MG. Beneficiária: L & V VAREJO ATACADO E SERVIÇO LTDA CNPJ: 26.941.470/0001-43 Valor registrado: R\$ 3.999.720,00 (três milhões, novecentos e noventa e nove mil, setecentos e vinte reais). Vigência: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantagem dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

CERTIDÃO DE PUBLICIDADE DE ATO

Certifico, para os devidos fins de direito, que o EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2026, decorrente do Processo Licitatório nº 016/2026 – Pregão Eletrônico nº 007/2026, foi publicado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Córrego Novo/MG, no sítio eletrônico oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, em conformidade com o art. 54 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 14 da Lei Orgânica Municipal.

Córrego Novo/MG, 12 de maio de 2026.

Sávio Luide Pedra de Paula
Pregoeiro



PREFEITURA DE
CÓRREGO NOVO
ESCREVENDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025 - 2028

**SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**
Setor de Licitações e Contratos